



# DIÁRIO OFICIAL

## DO MUNICÍPIO

ANO 046 - Nº 3294 - PARTE 2

Sexta-feira, 29 de Abril de 2022

Lei 1372/2013 de 19 de Dezembro de 2013

### GABINETE DO PREFEITO

Lei

#### Lei Municipal nº 1.852, de 28 de abril de 2022

*Dispõe sobre a fixação de placas indicativas com a denominação científica e informações adicionais nas plantas e árvores de todas as praças de Catolé do Rocha/PB.*

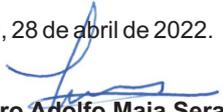
O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha – PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a inclusão de placas indicativas de plantas e árvores em todas as praças de Catolé do Rocha, que serão fixadas nos respectivos canteiros.

Art. 2º As placas devem possuir caráter educativo, constando denominação científica e popular de cada espécie, com informações adicionais pertinentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catolé do Rocha-PB, 28 de abril de 2022.

  
Lauro Adolfo Maia Serafim  
Prefeito Constitucional

#### Lei Municipal nº 1.853, de 28 de abril de 2022

*Denomina de "Rosália de Almeida Júnior", uma das ruas da cidade.*

O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha – PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de ROSÁLIA DE ALMEIDA JÚNIOR, uma das ruas da cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catolé do Rocha-PB, 28 de abril de 2022.

  
Lauro Adolfo Maia Serafim  
Prefeito Constitucional

#### Lei Municipal nº 1.854, de 28 de abril de 2022

*Dispõe sobre denominação de logradouro público.*

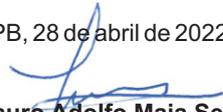
O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha – PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a ser denominada de DEPUTADO ANTONIO GOMES DE ARRUDA BARRETO, a Escola Municipal Antônio Gomes, localizada no bairro Batalhão em Catolé do Rocha/PB.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Catolé do Rocha-PB, 28 de abril de 2022.

  
Lauro Adolfo Maia Serafim  
Prefeito Constitucional

#### Lei Complementar Municipal nº 008, de 28 de abril de 2022.

Cria o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Catolé do Rocha – PB, o Sr. Lauro Adolfo Maia Serafim, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a, excepcionalmente, promover Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, para regularização de créditos tributários em atraso, inscritos ou não em Dívida Ativa, com parcelamentos em até 60 (sessenta) vezes, que obedecerá as seguintes condições:

- I – se requerido em cota única, dispensa de 100% (cem por cento) nos juros e multas;
- II – se requerido em até 06 (seis) vezes, desconto de 90% (noventa por cento) nos juros e multas;
- III – se requerido em mais de 06 (seis) até 12 (doze) vezes, desconto de 80% (oitenta por cento) nos juros e multas;
- IV – se requerido em mais de 12 (doze) até 18 (dezoito) vezes, desconto de 70% (setenta por cento) nos juros e multas;
- V – se requerido em mais de 18 (dezoito) até 24 (vinte e quatro) vezes, desconto de 60% (sessenta por cento) nos juros e multas;
- VI – se requerido em mais de 24 (vinte e quatro) até 30 (trinta) vezes, desconto de 50% (cinquenta por cento) nos juros e multas;
- VII – se requerido em mais de 30 (trinta) até 36 (trinta e seis) vezes, desconto de 40% (quarenta por cento) nos juros e multas;
- VIII – se requerido em mais de 36 (trinta e seis) até 42 (quarenta e dois) vezes, desconto de 30% (trinta por cento) nos juros e multas;
- IX – se requerido em mais de 42 (quarenta e dois) até 48 (quarenta e oito) vezes, desconto de 20% (vinte por cento) nos juros e multas;
- X – se requerido em mais de 48 (quarenta e oito) até 54 (cinquenta e quatro) vezes, desconto de 10% (dez por cento) nos juros e multas;

XI – se requerido em mais de 54 (cinquenta e quatro) até 60 (sessenta) vezes, desconto de 5% (cinco por cento) nos juros e multas.

§1º O crédito tributário oriundo somente de multas será reduzido em 80% (oitenta por cento) do valor total.

§2º A admissão ao REFIS dar-se-á por opção do Contribuinte, podendo ser formalizado no período de 02/05/2022 até 30/12/2022.

§3º A consolidação dos créditos tributários alcançados pelo REFIS, abrangerá todos aqueles existentes em nome do Contribuinte ou responsável na forma da Lei, inclusive os procedentes de Preços Públicos, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, bem como os acréscimos moratórios determinados nos termos da legislação pertinente e ainda aqueles objeto de parcelamentos em curso.

§4º O crédito tributário objeto de parcelamento, após consolidado, sujeitar-se-á a variação mensal de 1% (um por cento), além da atualização monetária anual pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE ou outro que venha a substituí-lo, vedado qualquer outro acréscimo, salvo nos casos de atraso no pagamento.

§5º Para fins desta Lei, considera-se crédito tributário a soma do tributo, das multas e dos juros de mora, na forma da legislação em vigor.

§6º O parcelamento poderá ser concedido nas quantidades fixadas no caput deste artigo, desde que sejam respeitados os valores mínimos por parcela de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para Pessoas Físicas e R\$ 100,00 (cem reais) para Pessoas Jurídicas.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o “REFIS” por decreto, inclusive com as condições de garantias, exclusões, vigência e prorrogações, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Catolé do Rocha-PB, 28 de abril de 2022.

  
**Lauro Adolfo Maia Serafim**  
Prefeito Constitucional

